



Para evitar vazamentos de gás, como o ocorrido na Ceilândia, na semana passada, a fiscalização será intensificada

Defesa Civil e Iema começam a controlar produtos químicos

Autoridades

debateram a fiscalização em locais que comercializam produtos perigosos para a saúde

Após o susto ocorrido na semana passada em Ceilândia, quando uma pessoa morreu e 158 foram intoxicadas pelo vazamento de gás cloro, a ordem da Secretaria de Segurança Pública é intensificar a fiscalização. O coordenador da Defesa Civil, João Nilo Lima, disse que, a partir desta semana, todos os órgãos responsáveis pela defesa civil no DF darão mais atenção à comercialização de produtos químicos perigosos, para minimizar riscos de acidentes.

Representantes da Defesa Civil, Departamento de Vigilância Sanitária, Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema), Ins-

tituto de Metrologia (Inmetro), Corpo de Bombeiros, Polícias Militar e Rodoviária e administrações regionais participaram de reunião na última quinta-feira na Secretaria de Segurança Pública e se prontificaram a iniciar a fiscalização de forma cooperativa, mas não em conjunto. O controle da política ambiental será feito pelo Iema, a prevenção contra incêndio pelo Corpo de Bombeiros e assim por diante. "Cada órgão vai executar a fiscalização de acordo com sua área de atuação", diz João Lima.

Uma das principais preocupações da Defesa Civil é com relação ao comércio ilegal de gás de cozinha no DF e a sua movimentação em vias públicas, o que representa grande risco de acidente, se transportado sem a devida segurança. João Lima aponta o Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) como um dos pontos mais perigosos da cidade, por armazenar grande quantidade de produtos químicos e diz que as administrações regionais têm grande importância na

prevenção de acidentes. "São elas que concedem os alvarás de funcionamento de um ferro-velho, por exemplo. As administrações devem fiscalizar o comércio local", explica João Lima.

O diretor do Iema, Fernando Oliveira Fonseca, diz que irá enfatizar o trabalho preventivo. O Plano Ambiental - estudo que o órgão ambiental exige da empresa, demonstrando que o empreendimento apresenta riscos mínimos para o meio ambiente - deve ser ampliado. "A nossa primeira ação será reunir um grupo de trabalho para definir o que é imprescindível para estar no Plano Ambiental", diz Fonseca.

A maior preocupação do Iema é atingir quem comercializa produtos químicos perigosos, como os gases cloro - usado para manutenção de piscina - e acetileno - utilizado em soldagem. O Iema irá enviar correspondência para todas as empresas que trabalham com esses tipos de produtos, para cobrar o licenciamento e o Plano Ambiental. "Mesmo as empresas

já licenciadas serão chamadas para podermos reavaliar os procedimentos de segurança com mais exigências", explica o diretor do Iema.

Onze empresas licenciadas e três sem licenciamento já foram identificadas. Cinco delas já receberam a correspondência. Os representantes das empresa têm cinco dias úteis para comparecer ao Iema, onde terão que mostrar os controles utilizados com os produtos e planos de emergência no caso de acidentes. Do contrário, diz Fernando Fonseca, as empresas podem receber multa e até serem interditadas. "As empresas devem demonstrar que estão trabalhando com segurança e pensando na preservação do meio ambiente".

DANIELLA CRONEMBERGER

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA

Serviço: Quem encontrar produtos químicos desconhecidos deve telefonar para o Disque-Denúncia da Secretaria de Segurança - Fone: 323-8855